



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL – UADSS  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS  
ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS.

ALINE CRISTINA SILVA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

SOUSA/PB

2023

ALINE CRISTINA SILVA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA/PB

2023

S586d

Silva, Aline Cristina.

Os desafios do trabalho profissional do/a assistente social na política de assistência social /PB / Aline Cristina Silva. – Sousa, 2023.  
63 f.

Monografia (Especialização em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior".  
Referências.

1. Serviço Social. 2. Política de Assistência Social. 3. Assistentes Sociais. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 36(043)

ALINE CRISTINA SILVA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.  
Orientador

---

Ms<sup>a</sup>. Amanda Carla Silva Cavalcanti  
(membro externo)

---

Prof.<sup>a</sup>. Ms<sup>a</sup>. Franciele Santos Silva  
(membro externo)



“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx).

## RESUMO

O presente estudo buscou investigar os principais desafios enfrentados pelo serviço social, no âmbito da operacionalização da política de assistência social. O objetivo geral da monografia é discutir sobre os desafios do serviço social na política de assistência social, tendo como objetivos específicos: Resgatar histórica e conceitualmente o surgimento do serviço social como profissão; contextualizar a Política de Assistência Social no Brasil a fim de evidenciar os avanços, retrocessos e implicações no trabalho do assistente social; pensar as principais repercussões para o trabalho dos/das assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais. O estudo foi embasado na perspectiva histórico-dialética, a qual apreende a realidade a partir de suas constantes mudanças e transformações. Para a análise desses aspectos utilizamos abordagens qualitativas, a qual, oportuniza ao pesquisador realizar uma reflexão crítica a partir dos elementos que fazem parte do objeto estudado, compreendendo as suas especificidades próprias do movimento histórico do real. Os resultados apontam para um processo intenso de precarização da Política de Assistência Social brasileira e, conseqüentemente, para o trabalho do assistente social, através de impactos ocasionados aos espaços sócio ocupacionais, onde são evidenciados novas expressões da questão social, desmonte dos direitos sociais, dificuldade de acesso à política social, aumento das desigualdades e fragilidade dos vínculos trabalhistas, sendo necessário construir estratégias de fortalecimento da categoria profissional para realizar o enfrentamento a esses rebatimentos.

**Palavras Chave:** Serviço Social. Política de Assistência Social. Assistentes Sociais.

## ABSTRACTS

The present study sought to investigate the main challenges faced by social work, within the sphere of implementing the social assistance policy. The general objective of the monography is to discuss the challenges of social work in social assistance policy, with the following specific objectives: Historically and conceptually rescuing the emergence of social work as a profession; contextualize the Social Assistance Policy in Brazil in order to highlight the advances, setbacks and implications in the work of the social order; think about the main repercussions for the work of social workers in socio-occupational spaces. The study has been based on the historical-dialectical perspective, which apprehends reality from its constant changes and transformations. For the analysis of these aspects, we used qualitative approaches, which allow the researcher to carry out a critical reflection from the elements that are part of the studied object, understanding its specificities of the historical movement of the real. The results point to an intense process of precariousness of the Brazilian Social Assistance Policy and, consequently, to the work of the social worker, through impacts caused to socio-occupational spaces, where new expressions of the social question are evidenced, dismantling of social rights, difficulty of access to social policy, increased inequalities and fragility of labor ties, making it necessary to build strategies to strengthen the professional category to face these repercussions.

**Keywords:** Social Work. Social Assistance Policy. Social Workers.



## **LISTA DE SIGLAS**

ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

EC – Emenda Constitucional

LBA - Lei Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PEP - Projeto Ético Político

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SESI - Serviço Social da Indústria

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
2.1 PARTICULARIDADES DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL. .....	16
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – RUPTURA COM O CONSERVADORISMO. ....	21
2.3 A NOVA MORALIDADE ÉTICA .....	28
<b>3. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: TENDÊNCIAS HISTÓRICAS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>30</b>
3.1 PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL .....	34
3.2 PROTEÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO SUAS .....	40
<b>4. ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: um debate a cerca dos limites e possibilidades.....</b>	<b>47</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
REFERÊNCIAS: .....	54

## 1. INTRODUÇÃO

A chegada do novo Coronavírus (vírus Sars-CoV-2) é identificada no Brasil em fevereiro de 2020, segundo dados do Ministério da Saúde (MS), com a primeira contaminação ainda em fevereiro, alcançando, rapidamente, níveis elevadíssimos de contaminação comunitária e a constatação de óbitos dela decorrentes.

Foi perceptível no mês de Dezembro de 2019, através da mídia, a qual trouxe a primeira reportagem oficial do surto da covid-19, em Wuhan, na China. Com isso, até finais de outubro de 2020, a pandemia vinha atingindo 43 milhões de contágios e 1,1 milhão de vidas perdidas (Opas, 2020). Devido a rápida propagação desta doença e apesar de que medicamentos ou vacinas ainda não estavam disponíveis, apenas testes e protocolos de prevenção, um dos pilares de estratégias voltava-se para o esforço global da comunidade científica para criação de um imunizante, a vacina contra a Covid-19.

Enquanto escrevemos esse trabalho – janeiro de 2023 -, dados atualizados do Ministério da Saúde<sup>1</sup>, no Brasil, apontam, atualmente, mais de vinte e dois milhões de contaminados, seguido de mais de setecentos mil óbitos registrados. Nos estados do Nordeste brasileiro, a contaminação alcançou, atualmente, mais de dezenove milhões de casos e mais de quatrocentos mil mortos, em conformidade aos dados epidemiológicos do Ministério da Saúde.

Com este crescente número de óbitos e após mais de um ano de pandemia, a incompetência<sup>2</sup> do ex governo federal sob a presidência de Jair Bolsonaro, deliberadamente negligente, foi omissa na coordenação de um plano nacional de prevenção e enfrentamento à Covid 19, retardou a compra de vacinas e insumos, a liberação de recursos emergenciais para socorrer trabalhadores e diversos setores da economia impedidos de trabalhar, recusou as medidas de distanciamento e uso de máscaras, divulgou e financiou com dinheiro público o uso de medicamentos ineficazes e questionou os pareceres técnicos de especialistas em saúde, zombou da ciência,

---

<sup>1</sup> <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: jan. 2023

<sup>2</sup> Em um contexto de um desgoverno ultraneoliberal, genocida, racista, misógino e homofóbico, o qual prioriza lucros e não vidas, baseado no darwinismo social, na criminalização da questão social, no desmonte das já desmanteladas políticas sociais e na perda aviltante de direitos (SILVA; RANGEL, 2021, pág. 266).

confundiu a população com a divulgação de *fake news* e declarações, que se traduz em uma necropolítica<sup>3</sup>.

Trazendo um recorte atual para nossa região, do Rio Grande do Norte, temos segundo dados do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS UFRN) 392.539 casos confirmados no estado do RN, 7.593 Óbitos. Neste cenário nota-se ainda que na cidade de Caicó RN o número de confirmados é de 13.694 e de óbitos são de 168 com taxa de 2.21% de todos os óbitos confirmados do estado.

Diante deste contexto, ainda é escassa a produção de conhecimento sobre contaminações e óbitos dos(as) assistentes sociais, com destaque àqueles(as) cuja contaminação e óbito tenha ocorrido em decorrência do desenvolvimento do seu processo de trabalho cotidiano, produções e pesquisas que trazem esta temática, principalmente voltadas a saúde, ainda estão sendo produzidas, algumas apresentadas em espaços de debates e diálogos, como congressos e eventos da área do Serviço Social.

Embora a compilação destas notificações relacionadas à Covid-19 ainda sejam muito insuficientes, ainda que, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, seja possível afirmar tratar-se de um expressivo quantitativo, é importante destacar dados do Conselho Federal de Serviço Social<sup>4</sup> que demonstram a ocorrência de 115 (cento e quinze) mortes de assistentes sociais em decorrência da Covid-19 nos anos de 2020 e 2023, não sendo possível inferir os dados relacionados ao contágio direto ou indireto nos campos de trabalho destes(as) profissionais.

Porém sabe-se que os/as assistentes sociais, juntamente com outras categorias profissionais, em boa parte servidores públicos, chamados de “parasitas” pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, tiveram que enfrentar novos desafios, tais como, ampliação de jornadas de trabalho; diminuição de profissionais nos campos de atuação; realização de atividades sem equipamentos de proteção individual (EPIS) e, conseqüentemente, risco eminente de contágio, ausência de insumos, além da extensa jornada de trabalho e impactos na saúde mental<sup>5</sup>, sendo assim, a imposição da necessidade de reinvenção da

---

<sup>3</sup> Esta política de morte foi nomeada por Mbembe (2018) como necropolítica. O filósofo camaronês articula em que medida o poder soberano se sustenta a partir da operacionalização da vida através da morte. A morte já não vista como um limite, mas algo a ser gerido pela política a partir do momento em que a soberania não se restringe ao controle territorial, configurando-se como a exploração do direito de matar (SANTOS, L. G. de M., & Pedro, R., 2017, pág. 11).

<sup>4</sup> <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>. Acesso: jan. 2023

<sup>5</sup> Sinalizamos que mesmo mencionando um dos grandes impactos e rebatimentos perceptíveis, da situação de trabalho dos profissionais, trabalhadores/as durante a pandemia. Esse estudo buscou analisar as relações

trabalho profissional, são algumas das repercussões que passaram a atingir o cotidiano profissional.

Entre os desafios postos à Assistência Social nessa conjuntura pode-se ressaltar a continuidade do atendimento aos cidadãos com arranjos mais aderentes ao contexto, visando à segurança e saúde de usuários e trabalhadores, à mitigação de riscos a populações mais expostas à contaminação e agravamentos da COVID-19 e à proteção social face aos impactos econômicos e sociais da pandemia. (BARROS, *et al*, 2021, p. 12-13).

Desta forma, analisando o cenário nacional, as políticas sociais de assistência social, com suas equipes técnicas e juntamente as redes socioassistenciais adotaram algumas medidas de redução do contágio, em que houve a redução de profissionais, principalmente aqueles de riscos, organização de escalas de trabalho, alguns profissionais seguiam de home office e mesmo que com equipes reduzidas, era perceptível a necessidade de adquirir EPIS suficientes, sendo este um dos maiores gargalos para muitos profissionais desde o início da pandemia.

Com isso, foi notório vermos profissionais se reinventando frente a realidade social presente, principalmente para atender os usuários dos serviços, mediar seus direitos e dar retorno de suas respostas, pois é evidente e vale frisar que nossa atuação dentro do SUAS também é linha de frente<sup>6</sup>, além de considerarmos que no âmbito do trabalho profissional.

os impactos da crise capitalista, combinados com o desfinanciamento das políticas sociais, vêm incidindo tanto na precarização das condições de trabalho dos/das assistentes como na queda de qualidade, abrangência e acessibilidade aos serviços sociais públicos, especialmente no âmbito da Seguridade Social, historicamente o maior espaço sócio ocupacional da categoria (IRINEU, *et al*, 2021, p. 11).

Deve-se frisar também, que associado ao cenário do mundo contemporâneo, é perceptível o crescimento de uma dupla crise: econômica e sanitária. Embora a discussão gire em torno dessas duas grandes áreas, a crise perpassa, todas as políticas sociais e para categoria profissional a pandemia trouxe uma dramática demanda.

Essa crise econômica atinge diretamente a população mais vulnerável. Em meados de 2020, já foram perdidos mais de 1,5 milhões de empregos formais, enquanto nesse mesmo período em 2019 haviam sido gerados mais de 150 mil empregos. Com esse aumento do desemprego, existe a tendência de que um

---

e condições de trabalho das/os trabalhadoras/es do SUAS no atual contexto de pandemia, bem como, compreender o sentido das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade

<sup>6</sup> Embora, à primeira vista, esta pandemia e a maneira de resolvê-la tenha se apresentado de modo focalizado no setor saúde, hoje é notório que todas as áreas em que atua o Serviço Social estão comprometidas, uma vez que a crise que assistimos salienta a necessidade de sistemas públicos de proteção social forte, assim como um papel crítico e ativo acerca da realidade que estamos vivendo. (BOTÃO, 2021, p.100).

maior número de pessoas passe a vivenciar situações de vulnerabilidade social (FIGUEREDO, *et al* 2020, p. 778).

Diante desse contexto, essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de compreender de que modo a pandemia do novo Coronavírus determinou o trabalho dos/das profissionais de Serviço Social, quais desafios ela provocou no exercício profissional dos/das assistentes sociais e as suas possibilidades de atuação, tendo em vista que nossa categoria sempre esteve em constante alerta para intervir nas diversas expressões da questão social como também no empobrecimento acelerado e extremado da classe trabalhadora que tem sido um grande desafio enfrentado pelos/as assistentes sociais.

Sendo assim, os objetivos específicos remetesse a resgatar histórica e conceitualmente o surgimento do serviço social como profissão; contextualizar a Política de Assistência Social no Brasil a fim de evidenciar os avanços, retrocessos e implicações no trabalho do assistente social; pensar as principais repercussões para o trabalho dos/das assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais.

A participação nos equipamentos de assistência social em minha cidade e com o início e descoberta do vírus, despertou, dentre outros fatores: a busca por investigar e pesquisar acerca dos limites e dificuldades da realidade dos/das assistentes sociais inseridas na política de Assistência Social, bem como entender melhor a dinâmica de enfrentamento à pandemia nos espaços de trabalho. Todas estes tensionamentos contribuíram para as inquietações presentes no campo reflexivos das ideias, inscrevendo-se assim o problema de pesquisa proposto.

Sendo assim, está pesquisa busca fortalecer a ciência, a categoria profissional, refletir sobre as possibilidades de resistência, de luta e de enfrentamento que nós, enquanto assistentes sociais, precisamos construir em nosso cotidiano profissional, bem como aprofundar elementos necessários de análise para o trabalho do assistente social na política do SUAS<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A última pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo conjunto CFESS/CRESS, foi em 2004 e, conforme Iamamoto (2009a), mais da metade dos assistentes sociais no país atuava em instituições de natureza estatal, com vínculo estatutário, seguidas das empresas privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs), em ações de gestão e execução das políticas sociais, tais como formulação, planejamento, avaliação; em Conselhos de Direitos e outros. Majoritariamente, trabalhavam nas áreas de assistência social, seguidas do segmento criança e adolescente, saúde, idoso, entre outras.

Este estudo, apresenta também elementos significativos desta política frente ao do contexto atual de crise capitalista e sanitária, buscando fortalecer a produção teórico metodológico, assim como, forma de contribuir para as reflexões sobre este momento, pois contraditoriamente as pesquisas nas ciências humanas e sociais, ainda se tornam muito limitadas, desafiando-se para a realização de novas pesquisas.

## **2. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS**

Fazendo um breve panorama sobre a gênese do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista. Nota-se que o surgimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorreu inicialmente entre 1930 e 1940, advindo do posicionamento do Estado e da Igreja frente à agudização das expressões da questão social no capitalismo monopolista, porém, antes de abordarmos os aspectos que culminaram para a gênese da profissão, é importante compreender, as mudanças que vinham ocorrendo neste período histórico.

O Serviço Social brasileiro nasce no âmbito da contradição capital/trabalho, ou melhor, da necessidade de o Estado e a burguesia industrial em criar técnicas objetivas de apaziguamento e atenuação das expressões dessa relação. Sendo notório que desde sua gênese, o serviço social encontra-se em meio ao antagonismo dos interesses entre as duas classes sociais fundamentais (AGUIAR,1995).

Deve-se analisar que, na década de 30, o contexto brasileiro era de incremento à industrialização. A crescente industrialização no país influenciou o crescimento populacional nas cidades, devido ao êxodo rural e a população estrangeira que chegou ao país para trabalhar nas lavouras – que com a crise da agricultura, se deslocou também para as cidades.

Diante de um cenário de desenvolvimento industrial, que propiciou êxodo rural e urbanização se intensificou a pauperização da classe trabalhadora, no feixe das contradições existentes nas relações sociais entre a burguesia e o proletariado no processo de produção e reprodução da vida social (OLIVEIRA, 2019).

Cabe salientar, que a industrialização foi um processo, conforme a crise agrária exportadora ia se aprofundando, a indústria foi ganhando espaço e se tornando a principal economia do país, crescendo cerca de 50% entre 1929 e 1937 (FURTADO, 2005).

No entanto, o crescimento acelerado da industrialização, com clara precarização da classe trabalhadora traz conflitos de interesses entre a burguesia e o proletariado, com isso, marcado por conflitos de classe, bem como pelas lutas sociais oriundas da classe trabalhadora contra a exploração do trabalho e pela defesa dos seus direitos de cidadania.



Em se tratando do sistema de exploração vivenciada pela classe trabalhadora neste período, as formas de enfrentamento foram marcadas por constantes reivindicações desta crescente classe operária por melhores condições de vida e trabalho, pois viviam em situações degradantes, com altas jornadas de trabalho e sem restrição quanto à idade.

As constantes reivindicações por condições melhores de trabalho e de vida ameaçaram a classe dominante no país, seu poder e seus valores morais, religiosos e de ordem pública, impondo ao Estado, a burguesia e a Igreja a tomarem iniciativas para conter, regular e recuperar o controle social.

Em contraposição da questão social e sem interferir nas suas causas estruturais, a Igreja Católica parte da perspectiva de tratar as desigualdades sociais como problemas individuais, pontuais, com vistas a promover a harmonia, a ordem e a paz social (MONTEIRO, 2017), ou seja, a igreja e o Estado articuladamente atuavam em decorrência da reprodução da ordem capitalista, que ocasionou no que se conhece como a questão social.

Todo o esforço da classe dominante dirigia-se a um objetivo por ela considerado crucial: bloquear a consciência de classe do proletariado e sua organização política (MARTINELLI, 1995, p. 118). Desta forma, diante das reivindicações, a resposta da classe dominante estava baseada em repressão policial e ações caridosas assistencialistas, sendo este último, a base para o surgimento do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 2014).

Nesta perspectiva, a origem do Serviço Social no Brasil procedeu através de acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, os quais acompanharam a formação e expansão das configurações de classes, com destaque para o protagonismo da classe operária (LOPES, 2020).

Diante desse quadro, o Serviço Social surgiu como uma nova profissão e se situou no processo de reprodução das relações sociais, como instrumento da classe dominante para controlar o avanço das lutas reivindicatórias e difundir na classe operária a ideologia dominante.

## 2.1 PARTICULARIDADES DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL.

Como visto nas notas introdutórias do capítulo 02, o Serviço Social brasileiro surgiu sob o controle da Igreja Católica, como parte estratégica de qualificação do laicato,

objetivando dinamizar junto à classe operária sua missão política. Por meio das Ações da Igreja, a profissão teve como base ideológica a Doutrina Social da Igreja, caracterizando um caráter missionário, de justiça e de caridade.

O laicato foi considerado o principal meio de tentativa de recuperação hegemônica, pois para a Igreja os católicos leigos de grande influência na sociedade seriam capazes de influenciar a vida social. Nas palavras de Aguiar (1995, p.23) “a reforma da sociedade [viria] através das elites, logo, de cima para baixo. As elites [deveriam] cristianizar o povo”.

Todas as ações da Igreja nesse período foram baseadas nas encíclicas papais, as encíclicas baseavam-se na filosofia de São Tomás de Aquino, restaurada por Papa Leão XIII através da Encíclica *Aeterni Patris* (escrita 04 de agosto de 1879), mais tarde reafirmando com as encíclicas *Rerum Novarum* (escrita por Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891) e a *Quadragesimo Anno* (escrita por Papa Pio XI, em 15 de maio de 1931).

Para atender a tais interesses, a formação das assistentes sociais era “[...] doutrinária e moral; o aspecto técnico só passa a ter significado com a influência americana” (AGUIAR, 1995, p.31), nesse momento, sua orientação filosófica era o neotomismo, as escolas objetivavam formar assistentes sociais capazes de atuar para ajustar os indivíduos e disseminar entre eles as ideologias da classe dominante.

Desta forma, o perfil e postura profissional, tratava-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão (YASBERK, 2009) que encontraria, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Houve nesse processo histórico uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas, através de uma forte participação mutua entre a igreja e as políticas de Estado. Essas instituições educacionais foram significativas na formação de pessoal para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes (DE ARAÚJO, 2013).

A principal instituição de formação e de atuação das assistentes sociais foi o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS (atualmente é a Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP), criado em 1932, surge a partir da necessidade sentida pela Igreja [...] “de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela

filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicato” (IAMAMOTO, 2014, p. 178).

Desta forma, para o CEAS e para a Ação Católica como um todo, as mulheres seriam responsáveis por educar os proletários, em especial, educar as proletárias, para que elas levassem a Doutrina Social da Igreja para dentro de suas casas, em virtude disso, a gênese da profissão foi marcada exclusivamente por mulheres católicas e da burguesia paulista. Dentre os serviços assistenciais criados pelo CEAS, temos: os Centros Familiares e os Centros Operários.

A primeira ação do centro foi o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, as participantes do curso eram mulheres católicas de famílias que compunham frações da burguesia paulista, parte delas, já realizavam obras assistencialistas.

Em relação aos Centros Operários, por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conselhos sobre higiene etc. “buscavam atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e suas necessidades” (IAMAMOTO, 2014, p.181), os Centros tinham triplica vantagem: “1º - São campos de observação [...]; 2º - São Centros de educação familiar [...] e 3º - São núcleo de formação das elites que irão depois agir na massa operária [...]”.

Deve-se frisar que a implementação da primeira escola de Serviço Social brasileira iniciou-se em 1936, na cidade de São Paulo, sob forte influência da Igreja Católica. Realizava seus trabalhos na sociedade de forma a privilegiar a ordem burguesa, sendo então denominado Serviço Social tradicional, a profissão, apesar de buscar aperfeiçoamento com o passar dos anos, foi marcada pelo tradicionalismo (LEORATO, 2017).

É necessário também lembrar que no processo de origem da profissão e por sua relação com a Igreja Católica, o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador sendo contrários inicialmente aos ideários liberais e marxista.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte americano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista (YAZBEK, 2009b APUD SOUSA, 2014, p. 33).

No início dos anos 40, o Serviço Social introduz a teoria social positivista, permeado pelo conservadorismo da igreja católica. A profissão vai buscar ampliar seus referências técnicas, integrando o discurso humanista cristão com a teoria social positivista, que dará suporte técnico-científico a profissão. Para atender ao capitalismo que estava se desenvolvendo, e exigia maior qualificação dos profissionais para atuar nas novas políticas implementadas pelo Estado.

Por isso, por mais que o Serviço Social tenha surgido no âmbito da Igreja Católica, foi utilizado também pelo Estado, para atender a seus interesses, logicamente do capital como as demandas das instituições estatais.

Desta forma, até a década de 1940, o Estado assumiu papel de regulador das relações sociais e objetivando legitimação, incorporou parte das demandas da classe operária, o que posteriormente, abriu o campo de atuação profissional nas instituições estatais assistenciais, inserindo assim, a profissão numa categoria de trabalhador/a assalariado/a e responsável pela execução das políticas sociais.

Ainda nesta mesma década, o mercado de trabalho para as assistentes sociais se ampliava, na medida em que o Estado passava a ampliar ações assistencialistas e repressivas para favorecer o processo de industrialização existente no País.

A reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos explicita-se em demandas por bens e serviços, pressionam, neste momento, o Estado por uma ação assistencial. (YASBERK, 2009, p. 09).

Diante deste contexto, observa-se que a formação profissional era fundamentalmente doutrinária e moral, com uma perspectiva de assistência preventiva, na qual tinha o objetivo de produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas. Assim como, em momento de emergências sua atuação frente as políticas sociais eram meramente executivas voltadas ao movimento da Ação Católica objetivando valiosas possibilidades para o Estado. Como menciona, SOUSA (2008):

A concepção e o planejamento das políticas sociais ficavam ao cargo de outras categorias profissionais e dos agentes governamentais – ao Serviço Social cabia apenas executá-las, na relação direta com os “indivíduos, grupos e comunidades” que de algum modo eram atendidos pelos serviços sociais públicos. Temos aqui a clássica separação entre trabalho intelectual (quem pensa as políticas sociais) e trabalho manual (quem executa as políticas sociais) (SOUSA, 2008, p. 120).

Desta maneira, instaura-se um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social. Como decorrência das formas lógicas de reprodução da

ordem burguesa e como modalidade sócio histórica de tratamento da chamada questão social, vem o Estado, como responsável em desenvolver um conjunto de medidas econômicas e políticas, demandando ramos de especialização e instituições.

O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional, legitimada pelo poder (IAMAMOTO, 2004). O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes – rompendo com a tradicional filantropia –, para transformar-se em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, seus maiores empregadores (IAMAMOTO, 2004).

## 2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – RUPTURA COM O CONSERVADORISMO.

Como visto anteriormente, o movimento de legitimação e institucionalização da profissão se dá no decorrer desse processo de avanço das políticas sociais e da criação das instituições assistenciais estatais e paraestatais, com isso, na década de 1950 tem-se um alargamento do mercado de trabalho e o Serviço Social insere-se na divisão sociotécnica do trabalho, tornando-se assim, uma categoria assalariada e sua atuação profissional atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado.

Sabe-se que o aparecimento e reconhecimento da questão social foi dada através de lutas e reivindicações promovidas pelos trabalhadores, no intuito de conquistar melhores condições de trabalho. Com este processo de lutas, algumas necessidades foram reconhecidas pelo Estado, dando origem, aos sistemas e políticas de proteção social, cujo tema discutiremos mais adiante.

Notamos que a institucionalização do Serviço Social possibilitou alguns avanços para a profissão, pois sua imagem social foi modificada de agente da caridade para a constituição de “profissionais assalariados” (ORTIZ, 2007; IAMAMOTO e CARVALHO, 2013).

Para isso, é necessário entendermos que na década de 1950 surge o denominado desenvolvimentismo. Com isso, o Brasil estava guiado por princípios de prosperidade, grandeza material da nação, crescimento econômico acelerado, intensa participação do capital estrangeiro na economia nacional, entre outros (DE ARAÚJO, 2013). Diante desse contexto, segundo Iamamoto (2011) o Serviço Social no âmbito da assistência social alcança maior sistematização técnica e teórica de suas funções.

A medida que a profissão conseguia alcançar tais sistematizações, conquistava-se na década de 1950 e 1960, um novo campo de trabalho, nas grandes empresas e em especial nas indústrias. Sendo marcada pela introdução do Serviço Social nas Indústrias com sua inserção no sistema “S”, como o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (DE ARAÚJO, 2013), que configura a preocupação do Estado e do empresariado com o proletariado.

São diversos os campos de atuação que se abriu para os assistentes sociais desde 1939; LBA (1942), SENAI (1943), SENAC (1946), SESC (1946), Fundação Leão XIII

(1946), SESI (1947), Associação do Lar Proletário (1939), Associação das Senhoras Brasileiras (1940), dentre outros, seja nos campos estatais/paraestatais ou privados.

No entanto, SPOSATI (2007) afirma que a inserção deste profissional, realmente vai acontecer em diferentes políticas sociais, até mesmo com outros profissionais, contudo, irá encontrar expressão nas políticas específicas de Assistência Social.

Com as políticas sociais e a criação das instituições, a profissão precisava de conhecimentos teóricos que respondessem as novas demandas que estavam colocadas e as suas antigas bases não eram suficientes para respondê-las. Iamamoto expõe o significado da criação dessas instituições nesse período [...] as instituições assistenciais atuam no sentido de recuperar e falsificar o conteúdo mais profundo das lutas do proletariado por melhores condições de existência.

A partir deste prisma, estas instituições aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais [...]. Função que aparece também sob outros tanto aspectos, como os de carrear apoio político e eleitoral para o regime; demonstrar o “espírito social” e solidariedade do empresariado; demonstrar a preocupação do Estado para o bem-estar da população; contrapor-se à organização autônoma do proletariado, às suas lutas reivindicatórias e, porque não, demonstrar que existiriam caminhos mais fáceis e eficientes do que este, para a obtenções de melhores condições de vida. (IAMAMOTO, 2014, p.324).

Em razão disso, o Serviço Social passou a ser útil a essas instituições, mas o pensamento conservador da Igreja não era eficiente às demandas que estavam postas a profissão. Portanto, o Serviço Social precisava se reinventar para garantir a sobrevivência e a utilidade da profissão diante das novas requisições, uma vez que estas práticas não respondiam às necessidades objetivas da realidade, expressa no perfil profissional do(a) assistente social coerente com a realidade brasileira.

Sendo assim, nos anos 60, teremos o questionamento do Serviço Social “tradicional”, que servia aos interesses da classe dominante. A busca por um processo de revisão teórico, metodológico e operativo. Inicia-se a aproximação com a teoria social marxista e o movimento de renovação do Serviço Social impondo à categoria a necessidade de reavaliar esse papel de disciplinador da classe trabalhadora e legitimador da ordem burguesa, para construção de um projeto comprometido com as demandas das classes subalternas.

Deve-se lembrar de que a própria conjuntura de crise mundial favoreceu tal questionamento: conjuntura de crise do capital, de tensionamento de projetos societários,

em que as classes subalternas e os movimentos sociais entram em cena. Além disso, conforme Netto (2005), alguns dos principais condutos para tais questionamentos foram a revisão nas ciências sociais, o deslocamento sociopolítico da Igreja e o Movimento Estudantil.

Influenciado pelo Movimento de Reconceituação<sup>8</sup> vivido pela América Latina, o Serviço Social Brasileiro iniciou seu processo de Renovação, mas em virtude da ditadura militar, foi interrompido tornando-se então, conforme (NETTO, 2001, p. 15) “um movimento inconcluso e contido em sua história, principalmente a academia no tocante ao ensino, pesquisa e extensão”, assim como, impossibilitando a participação efetiva da população nesse processo (NUNES, 2017).

Entretanto, apesar da asfixia provocada pela ditadura nos países chaves da América Latina, Netto (2001) destaca que,

[...] está inconclusividade não fez do movimento algo intransitivo, que não remeteria mais que a si mesmo. Ao contrário, durante mais de dez anos, na seqüência da década de 1970, a parte mais significativa do espírito renovador da reconceituação, processado criticamente, alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano (NETTO, 2001, p. 15).

O Brasil teve uma presença pioneira nesse movimento profissional latino americano. Esse período, que coincide com a ditadura militar no país, faz com que o debate aqui assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático (NUNES, 2017) combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos (IAMAMOTO, 2007).

O movimento de reconceituação foi heterogêneo, pois se de um lado, a aproximação com disciplinas das ciências sociais conduziu parte dos profissionais para repensar as bases da profissão, por outro lado e simultaneamente, profissionais se direcionaram para atender aos objetivos da autocracia burguesa.

Apesar da impulsão nas políticas sociais, o objetivo ditatorial era obter legitimidade e impor a reorganização do aparelho estatal para atender aos interesses do capital monopolista, com isso, houve um agravamento das expressões da questão social,

---

<sup>8</sup> Foi o movimento de reconceituação intercorreu entre os anos de 1970 a 1980, o que permitiu à profissão superar: [...] a formação tecnocrática conservadora e construir coletivamente um projeto ético-político profissional expresso no currículo mínimo de 1982 e nas diretrizes curriculares de 1996 e no Código de Ética de 1986 e 1993, nos quais as políticas sociais e os direitos estão presentes como uma importante mediação para construção de uma nova sociabilidade (CFESS, 2011, p. 11).



em decorrência do aprofundamento da relação capital/trabalho. Para atender tais interesses, “passou a requisitar do assistente social uma postura moderna no sentido de compatibilizar seu desempenho com normas, fluxos e rotinas” (AQUINO, 2019, p.571-572), atingindo assim a profissão tanto em seu exercício quanto na formação profissional.

A autocracia burguesa precisava de um profissional com novas posturas, baseada na racionalidade burocrática administrativa, em que traços anteriormente “tradicionalistas” foram substituídos por “racionalistas” a profissão buscou propriedade inserindo-se mais profundamente no meio acadêmico. (NETTO, 2001, p. 124).

Destarte, a conjuntura brasileira no contexto ditatorial colocou na ordem do dia inúmeras requisições para o Serviço Social, demandando da profissão o desenvolvimento de estratégias baseadas no planejamento, coordenação e tecnificação. Não obstante, ainda permeado pela perspectiva do ajustamento, o Estado impôs a necessidade de que a profissão passasse por um processo de tecnificação, com vistas a melhor responder às demandas em que lhes eram postas.

Desta forma, as exigências do mercado de trabalho para o/a assistente social em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna, que atendesse as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativas em meio à modernização conservadora (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015), “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diante daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123). A autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade.

Com isso, este momento de críticas e de revisões da prática profissional se dá dentro da efervescência da ditadura militar, onde a profissão, apesar de impulsionada para se reconceitualizar, tende novamente a atender às exigências do sistema vigente. Netto (2011) aponta que este momento foi marcado por três direções, que se inter cruzaram e sobrepuseram: a perspectiva modernizadora (buscou se adequar as exigências da autocracia burguesa); a reatualização do conservadorismo (atuação com base teórico-metodológica a fenomenologia); e a intenção de ruptura como (tentativas de rompimento com o conservadorismo e fundamentação teórico-metodológica na tradição marxista).

A Perspectiva Modernizadora é o primeiro momento do processo de renovação da profissão. Essa perspectiva revelava “um feixe de profundas vinculações com a ordem sociopolítica oriunda do golpe de abril [...]” (NETTO, 2001, p. 155). Sobre essa ótica o ponto principal estava na adequação da profissão às demandas colocadas nesse processo,

“muito visivelmente, com a abertura de espaços socioprofissionais nas instituições e organizações estatais e paraestatais, submetidas à racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado ditatorial [...]” (ibidem, p.155).

Tal vertente, tendo seu auge de formulação na segunda metade dos anos de 1960, com seus objetivos expressos nos documentos de Araxá e Teresópolis. Apesar de esta vertente proclamar-se como modernizadora, foi, na verdade, uma reedição de um projeto tradicional, não rompendo com este em sua essência, apenas conferindo-lhe um novo cariz.

A reatualização do conservadorismo, segundo momento do processo de renovação da profissão, conforme Netto (2001, p. 203) “[...] supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa nova proposta. Os eventos mais significativos nesse momento foram o Seminário de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

A característica mais evidente desse processo é a valorização da elaboração teórica e a sistematização dos conhecimentos sobre a prática profissional, “a ênfase recai na interdição do empirismo e do praticismo, ressaltando-se como primordial o investimento na cognição” (NETTO, 2001, p.203). Além disso, foi de extrema recusa à tradição positivista.

Como formulação crítica ao positivismo, os assistentes sociais apresentaram a Fenomenologia, propondo uma ampliação teórico-metodológica, foi uma “abertura para a ajuda psicossocial, na consciência, entre concepção da realidade ou de uma das suas partes, e os projetos humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta”, (ALMEIDA, 1978, p.116 apud NETTO, 2001, p.206).

A fenomenologia se voltou no Serviço Social para o entendimento do sujeito, demonstrando a focalidade no indivíduo, no diálogo e em transformar os sujeitos para se adequarem à sociedade. O ponto de partida é a experiência imediata, e não a essência da realidade, isso torna o conhecimento da realidade inalcançável pelo método.

O último momento do processo de renovação, foi a Intenção de Ruptura, como o próprio nome elucida, objetivava romper definitivamente com o Serviço Social Tradicional e o conservadorismo, criticando de forma sistêmica os suportes teórico-metodológicos e ideológicos desde a gênese da profissão. Esse processo, ganha magnitude por volta da década de 1980, isso porque, em 1974, começou a aparecer sinais

de esgotamento do regime militar, condicionando o país para a democracia – com orientações conservadoras neoliberais.

A intenção de ruptura com o conservadorismo se fez construída a partir da aproximação dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, o amadurecimento intelectual e a aproximação com a teoria marxista. A intenção de ruptura, conforme Netto (2001) teve três momentos: o da imersão (método de BH), da consolidação acadêmica (por meio das teses de pós-graduação) e o seu espraiamento sobre a categoria profissional. Os instrumentos que materializaram a intenção de ruptura foram: O Currículo Mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.<sup>9</sup>

Vale frisar que durante esse processo histórico do movimento de reconceituação, tivemos um importante e significativo momento denominado “Congresso da Virada”, que foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, em São Paulo, 1979. Nesse congresso, os assistentes sociais se recusaram ao conservadorismo e firmaram seu compromisso com a classe trabalhadora. O III CBAS,

se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais [...], na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão. [...] A esse conjunto de determinações denominamos "direção social da profissão" (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

A intenção de ruptura e o Congresso da Virada são resultados concretos dessa capacidade, bem como, o papel do Serviço Social nesse processo de luta contra a ordem societária.

Em se tratando da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, apesar de sua inegável importância, podemos assinalar que esta aproximação com a teoria marxista não ocorreu, a priori pelas vias clássicas. Antes, se deu por aproximações marginais e simplistas. Noutras palavras, a vertente marxista foi interpretada por simplificações e análises fragmentadas, que redundaram numa verdadeira deturpação a consistente tradição marxista.

---

<sup>9</sup> “O Código de Ética apresentou, porém, uma série de lacunas devido ao pouco amadurecimento teórico-filosófico que pudesse discernir a dimensão ética da dimensão política da profissão, que se articulam, mas possuem natureza própria, e sua superação se fará com o Código de 1993” (BARROCO, 2001 apud ABRAMIDES, 2016, p.468).

Sendo assim, (NETTO, 1998, p. 97) destaca três traços que singularizaram a interlocução da profissão com a teoria marxista, quais sejam:

Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas- as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ídeo-política, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas, e/ou aos —clássicos‡ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis.

Não obstante, a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista ter sido balizado por um marxismo enviesado, não se pode negar a relevância desta aproximação, foi a partir desta relação que o Serviço Social realizou uma autocrítica ao seu estatuto profissional e, por conseguinte, buscou uma nova fundamentação teórico metodológica.

As contribuições da teoria social de Marx não esgotam apenas ao direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social, mas, suas contribuições transcendem este aspecto na medida em que, conforme expôs (NETTO, 1991, p. 90),

a ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência; 2) o desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social; 3) o reconhecimento da necessidade de explicitar com a máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais; 4) a ênfase na análise histórico crítica da evolução do Serviço Social no país.

O principal legado consiste na recusa do Assistente Social se constituir como mero executor das Políticas Sociais, reivindicando espaço na implementação destas, e, assim, legitimando a condição de “intelectual” do profissional. Neste sentido, a contribuição da teoria de Marx para a profissão foi preponderante para o processo de construção do projeto ético-político profissional a compreensão da realidade numa perspectiva de totalidade das relações sociais que são erigidas nos marcos da sociabilidade capitalista.

Dessa forma, esse processo vai resultar na construção do novo projeto ético – político profissional, vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem social, voltado à equidade e a justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais (NUNES, 2017). Neste contexto a profissão busca o compromisso com a classe trabalhadora, através do aprimoramento

intelectual, baseada na qualificação acadêmica e alicerçada na concepção teórico-metodológicas crítica e sólida.

Reflete-se também, que na intenção de ruptura, foi que o Serviço Social se colocou numa posição oposta as requisições da autocracia burguesa, articulando-se com as lutas da classe trabalhadora. Embora, conforme Netto (2001) não seja homogêneo no exercício profissional, pois ao analisarmos a profissão atualmente, ainda encontramos resquícios de posturas conservadoras que fazem alusão à fase tradicional de atuação. Justamente por isso há a preocupação de historicizar a trajetória de avanços e recuos quando nos referimos à formação profissional em Serviço Social no Brasil.

### 2.3 A NOVA MORALIDADE ÉTICA

É importante compreender a construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social evidenciando o mesmo como um dado histórico. A história deste projeto remonta a transição dos anos 1970 e 1980 do século XX, marcados especialmente, pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo. É nesse processo de recusa crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo.

A gênese e a conformação do projeto tiveram como suporte sociopolítico a mobilização que levou a derrota da ditadura, as lutas sociais contemporâneas a instauração da nova república a mudança do público profissional, que ingressa nos cursos de Serviço Social, compostas por camadas médias e empobrecidas, ao processo constituinte de 1988 (NETTO, 2011). Estas foram, portanto, as bases que deram concretude a este projeto profissional.

A construção do projeto ético político do Serviço Social ocorre de maneira coletiva, sendo materializada diante de um conjunto de componentes legais, técnicos e éticos, onde busca ser um norteador das ações profissionais.

O projeto profissional é designado como projeto ético – político porque tem uma indicação ética que não se limita a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres (expressas no código de ética), mas as escolhas teóricas, ideológicas e uma direção política profissional (NETTO, 2000).

Possuí entidades representativas, com protagonismo das instâncias político-organizativas - como o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social CFESS/CRESS, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) e Executiva Nacional de

Estudantes de Serviço Social - ENESSO que tem como finalidades o fortalecimento da formação profissional e a fiscalização do trabalho dos/as assistentes sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Para tanto, (MOTA, 2011, p. 58) sinaliza que

o projeto apresenta princípios e valores, baseados no reconhecimento da liberdade, da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros (MOTA, 2011, p. 58).

É preciso considerar que desde a sua gênese, diferentes projetos político-pedagógicos construíram a história desta profissão e que oitenta anos se passaram, e o projeto de formação profissional dos/as assistentes sociais ganharam novos sentidos e objetivos.

Desse modo, ainda que o Serviço Social seja reconhecido pelo Estado enquanto profissão e possua um Projeto Ético-Político (PEP), que se coloca ao lado da luta da classe trabalhadora, contra as contradições do capital e trabalho, ele acaba sofrendo uma série de entraves na sua atuação.

Desde a década de 90 do século passado, transformações substantivas vêm ocorrendo no sistema capitalista internacional e no Brasil. No entanto, no caso de um país periférico e dependente como o nosso, tais transformações tendem a ser mais danosas. Segundo Netto, “[...] a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo [...] é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social” (NETTO, 2007, p. 158). Quanto mais o projeto neoliberal avança, mais tensionados são os elementos dessa cultura profissional renovada e de sua direção social estratégica.

Entretanto, cabe-nos explicitar que a década de 1990, período de consolidação do projeto ético-político, representa “[...] a integração do Brasil à ordem econômica mundial [...] sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela redefinição das estratégias de acumulação e pela reforma do Estado [...]” (MOTA, 2009, p. 58). Contrapondo-se à ideia original da palavra “reforma”, utilizada pela esquerda para designar a necessidade de melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras; o estado neoliberal caminha em sentido oposto, “Reformando-se [...] com ênfase especial

nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 148).

Essa ofensiva tem como principal característica a intervenção estatal minimizada no campo do social, o que afeta duramente o investimento nas Políticas Sociais e de proteção social, provocando a privatização e o sucateamento do aparelho e dos serviços públicos.

Vivenciamos, então, um tempo histórico no qual a opção política do projeto profissional do Serviço Social (e sua consolidação) caminha na contramão das imposições socioeconômicas do capital. O/A assistente social que operacionaliza as políticas sociais, diante do cenário de regressão de direitos, mercantilização e privatização das políticas sociais, vive “[...] uma tensão entre a defesa dos direitos sociais, a privatização e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social” (OLIVEIRA; SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998 apud IAMAMOTO, 2002, p. 31-32).

Especialmente nesse momento de crise do capital associado a uma crise pandêmica de escala global, o que ocasiona a precarização da profissão, assim como a do trabalho, desafiam o seu exercício, bem como, as competências e habilidades desses profissionais diante da realidade, e em conformidade com Iamamoto (2017), que aponta o campo de trabalho do assistente social como um terreno de disputas, discutiremos adiante os rebatimentos direto à essa ação profissional.

### **3. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: TENDÊNCIAS HISTÓRICAS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Um dos legados da Reconceituação foi o direcionamento crítico adensado numa perspectiva teórico-metodológica que repercutiu no processo de formação acadêmica, o que implicou na modificação e revisão do currículo profissional. Considerando também, a trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social e sua relação com o processo de Reconceituação e maturidade intelectual leva-nos a compreender como a profissão consolidou-se academicamente, tornando-se reconhecida internacionalmente pela qualidade na produção de conhecimento.

A produção de conhecimento é um produto da dinâmica da pós-graduação no Brasil e depende de suas condições para a sua efetivação (LOPES, 2020). Assim, os primeiros cursos de pós-graduação no país, conforme Kameyama (1998) constituíram-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos.

Kameyama (1998), traz ainda um panorama da produção de conhecimento em Serviço Social entre os anos de 1975-1997, possível de constatar que os temas mais expressivos foram: Prática Profissional, Formação Profissional, Política Social, Teoria e Método em Serviço Social, Movimentos Sociais, Criança e Adolescente, Gênero e Família, Processo de Trabalho e História do Serviço Social.

Nesse sentido, em face deste rol de temas é possível identificar que os conteúdos relacionados aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social eram estudados de forma sedimentada, (LOPES, 2020) a exemplo das temáticas de Prática Profissional, Teoria e Método do Serviço Social, o que revela que tais conteúdos ainda eram analisados sob a perspectiva do tradicionalismo.

Entretanto, havia uma preocupação por parte dos/as pesquisadores/as debruçarem-se sobre temáticas emergentes, como Movimentos Sociais, Cidadania, Criança e Adolescente, Gênero e Família, dentre outros (LOPES, 2020). Destarte, a produção de conhecimento em Serviço Social só passou a adquirir um estatuto crítico após o processo de Renovação especialmente em sua última direção - a Intenção de ruptura. A universidade teve um papel relevante, possibilitando o intercâmbio da categoria com os movimentos e debates que aconteciam em outros espaços acadêmicos e que já superavam os primeiros passos na discussão do rompimento do Serviço Social com as bases conservadoras.

A área acadêmica além de ser um novo campo profissional, era o lugar menos inseguro para o projeto, mesmo que diante do seu enquadramento. O ambiente também permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, a pesquisa e extensão, a elaboração e experimentação, ações indispensáveis ao Projeto de Ruptura. Também era imperiosa a construção teórico-metodológica que abordasse tanto a crítica ao tradicionalismo quanto à apropriação de um arcabouço completamente novo, tendo em vista que a profissão era carente de acúmulo tanto no campo da elaboração, quanto da investigação (NETTO, 1990).



Para o autor, no âmbito da universidade foi possível uma interação intelectual entre Assistentes Sociais que podiam se dedicar a pesquisa, tornando-se possível colocar em prática experiências, através da extensão, com campos de estágio supervisionados por profissionais orientados pelos novos referenciais.

Foi na Universidade que começaram as articulações, por meio dos encontros e convenções, com as instâncias organizativas e com as lideranças políticas da profissão que defendiam o Serviço Social como profissão atrelada à realidade. O processo de institucionalização do ensino e renovação do Serviço social trouxe ganhos significativos para a profissão, pois ela sai de uma face confessional e tradicional, para uma instância que lhe proporcionaria alcançar um desenvolvimento intelectual e organizativo que mudará o percurso da sua história.

Juntamente a esta trajetória histórica da formação profissional, surgiu também a revisão da estrutura curricular, como necessidade histórica à profissão que, diante das demandas emergentes que são postas da nova dinâmica da sociedade brasileira, deixa notório a necessidade em se repensar o exercício profissional.

Cabe ressaltar que a profissão, ao longo de sua trajetória, constituiu-se a partir de várias dimensões, quais sejam: teórica, ético-política, técnico-operativa. A produção de conhecimento é umas das formas de expressão da profissão na sociedade brasileira, a qual congrega seus valores (Lopes, 2020). Opções teórico-metodológicas, autores e tradições teóricas presentes na profissão.

Com base nesta ideia, tratar sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, não implica, somente, atestar a sua maturidade teórica internacionalmente conhecida. Para além deste aspecto, implica na relação intrínseca entre o exercício profissional do/a assistente social, o/a qual dispõe de maior respaldo teórico-metodológico para intervir frente à realidade e, por conseguinte, nas demandas que lhes são apresentadas.

A partir de uma perspectiva crítica de análise, fomenta-se o debate sobre a forma pragmática e imediatista com que a sociedade vinha sendo lida e compreendida (Lopes, 2020).

Diante deste contexto, impõe-se a exigência de revisão curricular dos cursos de Serviço Social, processo este que se constituiu num amplo e heterogêneo movimento docente e discente de questionamento quanto à qualidade e perspectiva da formação

profissional, cuja proposta pressupunha não reduzir a análise à oferta de um conjunto de disciplinas, visando meramente à preparação de profissionais para o mercado de trabalho, mas sim, de um projeto no qual se baseia por uma concepção de educação que integra ensino, pesquisa e extensão no processo de formação profissional.

Conforme Nicolau (2005), o currículo profissional “antigo” pós-64, que remonta ao início da renovação do serviço social brasileiro, era adensado pela conjuntura vivenciada na época – autocracia burguesa, de repressão política e crescimento econômico. Neste sentido, exigia-se do profissional de serviço social um perfil “profissional que deveria substituir, em seu fazer específico, traços de um desempenho com características tradicionais. Assim, de acordo com a autora citada, era uma formação para modernização, em que o processo formativo era baseado pelo viés das ciências humanas e sociais sob a influência do positivismo e neopositivismo.

A partir desta compreensão, a categoria profissional vivenciou processos de revisão curricular que tiveram particular importância na definição dos rumos do Serviço Social brasileiro, seu posicionamento ético e político diante das demandas impostas à profissão, contribuindo para que a profissão dê um salto de qualidade na preparação acadêmico-profissional de quadros para o exercício profissional do Serviço Social.

Essa nova proposta se expressou num movimento de revisão curricular entre os anos de 1978-1979, processo que segundo Carvalho (1984) contou com um dado qualitativamente novo, a participação das unidades de ensino vinculadas a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS. No entanto, o novo Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social só foi oficializado pelo Conselho Nacional de Educação em 1982.

A partir de um amplo debate direcionado pela ABESS, que passou em 1996 a ser chamada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestou-se uma nova proposta de formação que se expressa na Proposta de Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, transformando-se depois nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social.

Desta forma, é somente na segunda metade da década de 1970 e início de 1980, com a abertura democrática e o protagonismo da sociedade civil frente ao acirramento da questão social, dos problemas sociais, da crise do capital e quando a renovação do serviço

social brasileiro amadurece intelectualmente, que se processa a revisão curricular, resultando no currículo de 1982.

Em 1982, em contraponto a currículo antecedente, foi aprovado o novo currículo para os cursos de Serviço Social no Brasil, o qual é fundamentado por uma nova concepção de formação profissional que tem como um dos elementos fundamentais o compromisso dos assistentes sociais com os interesses da classe trabalhadora. Neste currículo o cerne da formação profissional passa a ser a realidade social apreendida criticamente em seu movimento contraditório (TRINDADE, et.al; 2002).

Assim, o currículo profissional também é um elemento em que podemos analisar avanços e retrocessos. A proposta de currículo de 1982 partiu de dois pressupostos para entender a formação profissional: a formação inserida na problemática universitária e sua relação com prática profissional. De tal modo, buscava responder aos desafios da formação profissional, entendendo esta não reduzida a preparação para o emprego, mas sim de uma qualificação técnico científica.

Destarte, várias gerações foram formadas nos anos 1980 e 1990. Nesta perspectiva e reproduzindo tais limites, de tal forma, e rearticulando com o contexto dos anos 1990, de reestruturação produtiva, de reforma do Estado bem como com a aprovação do código de ética de 1993, é elaborado um novo currículo (atual) de 1996.

Ademais, a Pesquisa da ABESS/PUC 1989 já havia mostrado que o currículo de 1982 expressava insuficiente apreensão do método crítico-dialético. Assim, as questões do método e do pluralismo, percorreu o debate da categoria durante os anos 1990. Isto fez com que a profissão avançasse no debate sobre a profissão em específico do que expressa a profissão e a realidade social que está situada. Neste sentido, o currículo de 1996 vem na direção de avançar em relação ao de 1982 e se apropriar do método crítico dialético.

Por isso, a trajetória de desenvolvimento da profissão é marcada por avanços, retrocessos, rupturas e construções que contribuíram para a direção social, política e ética que hoje representa o Serviço Social no Brasil.

### 3.1 PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

Nesta secção encontra-se uma discussão sobre as categorias proteção social e política social, resultantes da dinâmica de reprodução do capital, e proteção social

enquanto manutenção da ordem social e a defesa dos direitos, resultantes da contradição do modo de produção capitalista.

Com a perspectiva de compreender inicialmente a concepção de proteção social, iniciamos essa discussão trazendo alguns atores que contribuíram e embasaram para o entendimento da definição de proteção, já que o consideramos conceitualmente bem amplo. Desta forma, Di Giovanni (2008, p.10) apud (SOKALSKI, p. 82, 2021) conceitua a proteção social como “as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”.

Draibe, (2003, p. 65), cita que o termo proteção “remete à ideia de proteção contra riscos sociais, tanto os velhos e clássicos – perda previsível da renda do trabalho – como os contemporâneos – ter emprego decente, habitar e alimentar-se condignamente etc”. A compreensão do campo da proteção social, ao qual, a assistência social está inserida pode definir-se como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais” (JACCOUD, 2009, p.58).

Tais conceitos são de maior amplitude, e, portanto, é norteadora a ideia de que as concepções de proteção se voltam para o atendimento às carências e demandas sociais, que conjunturalmente é reflexo das condições e problemas sociais vigentes.

Partindo de uma perspectiva que compreende a proteção social enquanto manutenção da ordem social e a defesa dos direitos, resultantes da contradição do modo de produção capitalista. que gera exploração, violência, negações de direitos entre outras tantas formas que fragilizam a condição humana na vida em sociedade.

Vemos a importância em problematizarmos o surgimento e desenvolvimento desta fundamentação teórica, pois o imensurável impacto da própria COVID-19 e das consequências sociais e econômicas que resultaram na intensificação progressiva das expressões da questão social dispostas nas altas taxas de desemprego, de subemprego e principalmente da informalidade, revela-se diante do vigente sistema capitalista ser imprescindível no discurso da proteção social.

Sabe-se que proteção se expande à esfera pública estatal, possuindo também o sistema protetivo familiar, comunitário e filantrópico. Vale ressaltar que historicamente as raízes da proteção social, surgiu a partir da benemerência das igrejas, de maneira assistencial e caritativa.

Por mais que se tenha passado anos da trajetória das políticas brasileiras de proteção social, ainda perdura a dificuldade de efetivação do direito à proteção social,

pois, em tempos de capital especulativo, em que a política econômica tem sido prioridade em detrimento das demais políticas, e o crescimento econômico é mais relevante do que à superação das desigualdades sociais. Presenciamos cada vez mais, como forma de prioridades e ganho real para os capitalistas, a exploração do trabalho da classe que vende sua mão-de-obra e as retiradas de seus direitos.

Vale elucidar que a assistência social no Brasil forjou-se sob a égide de uma cultura de benesse, de voluntarismo, de ações solidárias e espontâneas, que a colocava como lugar da não-política condicionada ao favor, à tutela e ao clientelismo (OLIVEIRA, 2005, p. 18), características estas herdadas da própria configuração de nosso Estado que tem (em suas raízes) a forte marca do patrimonialismo.

É necessário lembrar (SOKALSKI, 2021, p. 83), que “até o marco de abertura democrática no país após anos de autoritarismo militar, não existia um sistema de proteção governamental”. Sendo implantado através da promulgação da Constituição em 1988, (Prudêncio; Araújo, 2021, p. 02):

Com a instituição da Constituição Federal de 1988, a seguridade social foi composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social. A implementação de um sistema de proteção social amplo é vista como uma das maiores conquistas do processo da redemocratização brasileiro, já que tornou o Estado responsável por garantir e efetivar políticas sociais, algumas que se pretendiam universais e outras de caráter contributivo, além daquelas aplicadas apenas aos que delas necessitassem (PRUDÊNCIO; ARAÚJO, 2021, p. 02).

Desta forma, antes da Carta Magna as respostas às vulnerabilidades que as famílias apresentavam, eram reproduzidas apenas em ações pontuais, descoordenadas e de cunho caritativo, comumente realizado pelas igrejas às pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. No caso brasileiro, a assistência aos pobres, ainda na República Velha, ficou a cargo das associações de socorro mútuo ou do auxílio das pessoas mais abastadas da sociedade (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

Para Santos (1979), as primeiras constituições brasileiras (1824 e 1988) foram erguidas com base no liberalismo que prega a existência de igualdade de oportunidades para os indivíduos que, por si só, seriam protegidos de acordo com o seu próprio mérito<sup>10</sup> de alcançar, através da competição no mercado, a satisfação de suas necessidades.

---

<sup>10</sup> O Estado, nessa perspectiva, não assumia a responsabilidade no âmbito da proteção, tendo em vista que as desigualdades apresentadas eram entendidas como decorrentes de incapacidades individuais e não como problemas sociais gestados pelo modelo de organização da sociedade. (Cronemberger, Teixeira, 2015. Pág 134).

Porém não tão distante e apresentando-se na realidade atual é possível ainda vermos o discurso e a propagação, de que “as conquistas individuais são apresentadas como mérito, onde os mais capazes as conquistam, sendo esses, para a sociedade, mais dignos e cidadãos” (ROSA, 2022). E a política segue sendo defendida como aquela direcionada aos que não conseguem garantir de forma individualizada sua sobrevivência.

Com isso, a Política Social deve ser utilizada pela classe trabalhadora como um instrumento propulsor para transformação da realidade de uma sociedade ainda tão individualista e meritocrata.

Dando continuidade a historicidade da proteção social, temos que o papel repressor adotado pelo Estado, e as ações caritativas da Igreja, tinham interesse em adequar o trabalhador às novas condições de vida, neutralizando a classe trabalhadora que gerava conflitos.

Neste contexto, o Estado e a Igreja sofreram fortes “pressões” por meio de reivindicações e protestos dos trabalhadores e operários que passaram a cobrar a intervenção do Estado diante das condições precárias que os indivíduos viviam de higiene, saúde e habitação, passaram então, requerer direitos e melhorias nas condições de vida e de trabalho.<sup>11</sup>

É nesse campo de luta e resistência que as disputas sociais entre a classe burguesa e a classe operária se intensificaram e passaram a exigir outros meios de intervenção, pois, a filantropia e a repressão já não davam conta de tais conflitos (IAMAMOTO, CARVALHO 2005). Inclusive foi neste contexto, visto anteriormente, que a gênese do Serviço Social na sociedade capitalista surgiu, como instrumento apaziguador das tensões entre as classes sociais.

No Brasil, a política social se constitui com determinadas marcas históricas de nossa formação social, integrando o aparato estatal de intervenção nos processos de regulação e reprodução social nos marcos do capitalismo brasileiro, e configura um amplo campo para a atuação de assistentes sociais, sendo o Estado um dos maiores empregadores destes profissionais até os dias atuais.

Essa simbiose entre política social e o sistema de proteção social são repercussões causadas pelas respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social na

---

<sup>11</sup> O horizonte da política não é o de prover aos cidadãos usuários condições de consumir para sobreviver. Proteção social não é igual a capacidade individual de sobrevivência, não é política direcionada a dar de comer a quem tem fome. Ela não se limita à possibilidade de consumir para sobreviver, vivendo da mão para boca como no tempo dos “homens livres” (SPOSATI, p.05, 2021).

conjuntura capitalista, considerando a realidade ontológica que permite compreender esse cenário e suas contradições. Godoy e Calvoso (2019, p. 40) apontam que a institucionalização de direitos acontece de forma compensatória, pensando nessa relação dinâmica de exploração e na formulação de meios para “reparação dos danos” causados.

A Proteção social, como política social de Estado, emerge sob determinadas condições históricas e adquire diferentes formas, dependendo da trajetória econômica e política do desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores em cada realidade social.

Sendo assim, nos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, foram criados amplos e universais sistemas públicos de proteção enquanto que nos países periféricos, como é o caso do Brasil, a proteção social foi estruturada mediante dois grandes setores: a assistência social aos pobres e a previdência para os assalariados.

Podemos dizer que as políticas sociais em sua trajetória possuem dois momentos importantes e cruciais a entender (SIQUEIRA, 2008, p. 25):

O período pós 1930, considerado como fase inicial da formação do Sistema de proteção Social. “a era dos direitos sociais” (tanto na Área trabalhista como na área previdenciária); e o segundo momento após a constituição Federal de 1988, que amplia o padrão de proteção social configurado por meio da perspectiva de Seguridade Social.

A urgência em um “efetivo” sistema de proteção social no Brasil, se deu a partir da década de 1930<sup>12</sup>. O governo de Getúlio Vargas<sup>13</sup> fez investimentos no setor industrial, o que o tornou um país concorrente no recebimento de indústrias mundiais, “oportunizando” sua inserção no sistema capitalista global. Tornando-se Vargas uma figura conhecida como “o pai dos pobres”, com uma característica marcante das políticas sociais de tutela e favor, com forte instabilidade dos direitos sociais e institucionais.

Nesse período de industrialização brasileira, Vargas aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas, com intuito de fazer da política trabalhista uma forma de controlar as insatisfações dos trabalhadores. Porém, a agenda modernizadora no Brasil, não comportou procedimentos decisórios democráticos, tendo a introdução da política social

---

<sup>12</sup> Em virtude das transformações políticas e econômicas deste período ocasionadas pelo processo de industrialização brasileiro. Importante frisar que o processo de industrialização no país ocorreu tardiamente, se comparado aos países capitalistas centrais, no final do século XIX e início do século XX, aproximadamente 200 anos após a industrialização nos países europeus.

<sup>13</sup> O Brasil, nesse período, sob o comando do governo populista de Getúlio Vargas, estava iniciando o seu processo de industrialização e, com ele, eram evidentes as demandas da questão social que não mais seriam passíveis de resolução somente com a ação da polícia. (Draibe, 1990, p. 2-3).

no Brasil um caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva de universalização Behring; Boscheti, (2006, p.106)

Em 1930, foi criado o Ministério do trabalho, e em 1932, a carteira de trabalho, a qual passa a ser um documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro.

Também criou a Legião Brasileira de Assistência LBA<sup>14</sup>, em 1942, no intuito de dar respostas à população explorada pelo processo de acumulação nessa fase da industrialização, era “coordenada pela primeira-dama, Sra. Darcy Vargas, o que denota aquelas características de favor e clientelismo, na relação entre estado e sociedade no Brasil” (BEHRING; BOSCHETI, 2006, p.108).

Como bem retratam Miotto e Nogueira (2013), no período de 1964 a 1985 o Brasil atravessa um período de ditadura militar em que mais uma vez se agravam as contradições entre as classes, as condições de desigualdade e as expressões da questão social. O reestabelecimento da democracia no país foi marcado pela efervescência dos movimentos e lutas sociais com o intuito de garantir e consolidar direitos que se vislumbram na Constituição Federal de 1988, onde se tem uma ampliação das políticas públicas, principalmente ao que tange ao "tripé" da Seguridade Social.

O aparecimento e reconhecimento da questão social foi dada através de lutas e reivindicações promovidas pelos trabalhadores, no intuito de conquistar melhores condições de trabalho. Com este processo de lutas, algumas necessidades foram reconhecidas pelo Estado, dando origem, aos sistemas e políticas de proteção social

Essa fase significou conquistas aos movimentos de trabalhadores, a partir da concretização dos direitos sociais, porém cabe resgatar que o intuito não era propriamente a questão da proteção da população, e sim a necessidade de preservar e controlar a mão de obra do trabalhador à necessidade do capital. Nos afirma Santos:

a política social do governo estava essencialmente ligada à política de acumulação e todo o problema, do ponto de vista governamental, consistia em conciliar uma política de acumulação que não exacerbasse as iniquidades sociais a ponto de torná-las ameaçadoras, e uma política voltada para o ideal da equidade que não comprometesse, e se possível ajudasse, o esforço de acumulação. (Santos, 1979, p. 31).

---

<sup>14</sup>A LBA inicialmente atendia a família dos expedicionários brasileiros, posteriormente se voltou para a infância, também realizando convênios com instituições filantrópicas. Considerada uma assistência à maternidade, a praças e oficiais que formaram a Força Expedicionária do Brasil (FEC), que foram transportadas sob condições adversas para operações no mediterrâneo (MASSI, 2015).



Ressalta-se que em âmbito mundial, os países já se encontravam em outras situações da trajetória dos sistemas de proteção social, que a partir do conceito de política social, há três ciclos históricos, o 1º é o Estado Liberal, o 2º o Estado Social e o 3º o Estado Neoliberal, que dentre ciclos históricos, especificamente no ciclo dois, encontra-se o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, período em que ocorreu a expansão das políticas sociais, a partir de uma expansão do Estado em suas funções políticas e econômicas (SILVA, et al, 2009).

É importante destacar que apesar de assistirmos a uma grande expansão das políticas sociais no período governado por Getúlio Vargas, estas, eram voltadas majoritariamente para os trabalhadores formais, sendo sua maior parte formada por trabalhadores da indústria. Enquanto decorriam avanços no trabalho formal voltados à classe operária (como a regulamentação da jornada de trabalho, direito a férias, previdência social, entre outros), trabalhadores sem vínculo formal no mercado de trabalho dependiam de ações filantrópicas e de benemerência.

Como afirma (YAZBEK, 2008)

Assim, se para a emergente classe operária brasileira, as ações no campo da proteção social se redefinem como parte de um pacto entre as classes sociais, para o trabalhador pobre, sem carteira assinada ou desempregado restam as obras sociais e filantrópicas que mantêm-se responsáveis pela assistência e segregação dos mais pobres, com atendimento fragmentado por segmentos populacionais atendidos (YAZBEK, 2008, p.11).

Neste aspecto, a produção de riqueza através da acumulação do capital nunca saiu do centro de discussão, independentemente se o Estado é liberal ou social, o cerne da questão sempre é e será a manutenção do sistema capitalista. O que muda, é como o Estado se reorganiza para oferecer um sistema protetivo, na intenção de que o trabalhador se mantenha em condições de continuar produzindo. Ora o Estado é mais presente através de políticas sociais, ora o Estado é mais ausente, quando entende que a população não inflige sobre o poder instaurado.

Na sequência avançamos, na contextualização da política de assistência social, sua historicidade, assim como frente a essa conjuntura da Pandemia Covid-19, compreendendo também que o SUAS – Sistema Único de Assistência Social - reafirma sua responsabilidade para assegurar às famílias o direito à proteção social, materializada nas seguranças de renda, sobrevivência, acolhimento e convivência.

### 3.2 PROTEÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO SUAS

As políticas sociais se desenvolveram no Brasil sob um contexto particular do país, o qual o caráter autoritário e antidemocrático da burguesia nacional afetou consideravelmente a participação popular frente às disputas pela socialização política (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 148).

O papel da sociedade brasileira durante esse período auxilia no atraso à conscientização da população na busca por ações políticas. Essas características, que são marcantes, dificultaram a expansão e universalização das políticas sociais, sobretudo a política de assistência social, a qual sempre foi secundarizada pelo Estado (BULHÕES, 2021).

Diante do caráter contraditório que o sistema de proteção no Brasil possuía, as quais o acesso dos cidadãos a políticas sociais e aos seus benefícios estava condicionado à sua inserção no mundo formal do trabalho e, entretanto, esta inserção não era uma realidade para todos.

O seu avanço ocorre a partir da década de 1980, sendo esse período um momento de profundas mudanças no campo dos direitos sociais. A forte pressão popular auxilia na articulação dos movimentos sociais, e teve como impacto a constituição de novos arranjos nas políticas sociais brasileiras (BULHÕES, 2021).

Podemos analisar dentro deste contexto que os avanços das políticas sociais surgiram através da Constituição Federal Brasileira de 1988, sendo o marco legal que contribui para as transformações do perfil histórico da assistência social.

Foi a partir dessa Carta Magna que se estruturou o Sistema de Seguridade Social, composto pela Assistência Social junto a política de Saúde e Previdência Social, tivemos avanços como o princípio da universalização, responsabilidade pública, gestão democrática, e se tratando da assistência social, foi um ganho sem precedentes para a população brasileira.

Em síntese, com a promulgação da Constituição Cidadã, o país passou por uma ampla modernização estatal, propiciando políticas públicas consistentes, na perspectiva de ampliação, universalização e na superação do clientelismo.

Ao longo desse período até a atualidade a assistência social brasileira passou por constantes transformações. Importante marco à assistência social pós-Constituição, foi a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, em 1993. A lei dispõe sobre a organização da assistência social por meio de gestão compartilhada entre os entes federados e execução descentralizada.

A LOAS foi primordial para trazer a assistência social para o campo do direito e inovar apresentando um desenho institucional de política não contributiva, que aponta a integração entre o econômico e o social.

Segundo Arretche (2000) com a definição da LOAS, o governo federal passou a ter o papel de financiar e regulamentar enquanto aos municípios coube o papel de formular e implementar as políticas no plano local. Já aos estados, incumbiu-se o residual papel de apoio técnico e financeiro aos municípios. A LOAS também representou o primeiro passo em direção à autonomia e organização dos entes federativos por meio da criação dos conselhos, fundos e planos.

Em 2004, foi implementada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – 16 anos após a Carta Magna, em que “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (PNAS, 2004, p. 11). Com a PNAS, foi possível a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2005, bem como, as normatizações operacionais, tais como a Norma Operacional Básica, em 2005 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, em 2006.

Por meio da resolução nº 109 de 2009 ocorre a aprovação da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, a qual demarca a organização das ações configurando os serviços que integram a rede de apoio da política de assistência social, com o intuito de reforçar a ideia de que a política é realizada através de um conjunto integrado de ações (BULHÕES, 2021).

Além disso, a sua aprovação realiza a organização desses serviços por níveis de complexidade, podendo ser proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Essa estrutura causa uma separação por instituição direcionada ao atendimento de cada demanda.

As ações desenvolvidas no SUAS são organizadas a partir da territorialização, considerando as demandas e necessidades da população de determinada localidade. O desenvolvimento de ações e serviços sócio assistenciais tem como eixo central a matricialidade<sup>15</sup> sócio familiar, tendo as ações da assistência social organizadas de acordo com a proteção social, dividida em básica e especial (PNAS, 2004).

---

<sup>15</sup> Matricialidade sociofamiliar, que refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a concepção e implementação das ações, benefícios, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Portanto, é a partir dessas prerrogativas que a política de assistência social se fundamenta para garantir o atendimento das necessidades sociais àqueles que dela necessitam, podendo responder as deficiências e requisitos sociais dos indivíduos no que concerne a sua proteção e desenvolvimento (BRASIL, 2005).

Fortalecendo o debate, no que se refere à Política de Assistência Social, (PEREIRA, 2000) destaca que essa foi a área que mais se diferenciou das demais, tendo em vista que obteve o seu reconhecimento como direito, abrindo a possibilidade de rompimento com a tradição do assistencialismo, da segmentação e apresentando caráter contributivo.

Porém, (SPOSATI, 2021) defende que de fato,

a leitura tradicional da assistência social não se dava como política estatal de direitos, mas como estratégia de poder de primeiras-damas, da benemerência da filantropia e da prática religiosa. Enfim, lugar do exercício da bondade sob interesses da classe dominante ou de manifestações religiosas de apreço pela pobreza, sem espaço para direitos sociais e justiça social. Sem dúvida, esse pensamento conservador tem raízes no patriarcalismo, na escravidão, nas forças tradicionais, no conservadorismo e permanece forte na ideologia neoliberal (SPOSATI, 2021 p.06).

E mesmo tendo essas características trazidas pela autora, a execução da política de assistência social no atual cenário brasileiro, além de se manterem voltadas a práticas de benemerência nos serviços, programas, e projetos, tem-se constantemente o risco eminente dos processos de desmonte e retrocessos, que inviabiliza a manutenção dos direitos sociais a população brasileira.

Ou seja, demonstra, então, uma conquista para a proteção social, mas que permanece enfrentando inúmeros desafios e vulnerabilidades, principalmente no atual contexto de redução orçamentária, desmonte de direitos, aumento do conservadorismo que acomete o desenvolvimento das ações, serviços, projetos e, conseqüentemente, obstaculiza a atuação profissional.

O impacto dessa fragilização dos serviços tem sido sofrido muito fortemente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016. A austeridade econômica defendida após a aprovação da Emenda impacta no que vinha sendo desenvolvido e implantado, aumentando a fragilidade no campo das políticas sociais.

A estratégia de limitar os gastos públicos tende a elevar ainda mais o sucateamento das políticas sociais uma vez que causa uma debilidade e limita os seus investimentos, causando risco na qualidade de vida da população brasileira. Além de se contrapor ao que está disposto na Constituição Federal de 1988, esse novo regime fiscal revela uma atitude

antidemocrática econômica, assumindo a manutenção da dívida pública (MARIANO, 2017).

Considerando esses apontamentos, convém situar a Política de Assistência Social considerando o panorama recente de desmonte gradativo, particularizada pela conjuntura de pandemia do Coronavírus vivenciada atualmente. Esse aspecto expressa ainda mais a desigualdade social existente e no Brasil, que ao comando do último governo, foi visto em maior potência.

É significativo destacar que as ações por parte do governo foram deficitárias e os recursos alocados foram insuficientes para prover mudanças significativas nas demandas da classe trabalhadora. Assim como, destaca a comissão da comunicação do (CFESS, 2020, n/p):

A pandemia escancarou as insuficiências do Suas – [...] Ousaria destacar que um dos principais desafios para os/as trabalhadores/as do Suas, intensificado com a pandemia mundial, é o pseudo reconhecimento, por parte do Executivo, de que a assistência social é política essencial e a ausência de financiamento público que indique a honestidade desse reconhecimento. Há uma retórica sendo difundida de que os serviços de assistência social são essenciais [e são], mas não há recurso financeiro suficiente que, de fato, materialize esse 'reconhecimento' acerca da sua essencialidade. [...] Com isso, os serviços que atendem a população continuam deficitários, [...]. As ações executadas que caminham na perspectiva da segurança de acolhida, sobrevivência e convivência encontram sustentação no compromisso ético político de cada trabalhador/a, mas não encontram ressonância em decisões de gestão, em termos de respostas coletivas de política pública que, de fato, consolidem a assistência social como política que assegura proteção social a quem dela necessitar.

As ações conservadoras e ultraliberais que atingem as políticas públicas no Brasil atualmente encontraram no governo do ex presidente Jair Bolsonaro um campo fértil para o seu desenvolvimento. Os cortes de gastos e ideias de privatização das políticas que compõem o tripé da Seguridade Social têm acontecido com rapidez e os seus impactos têm sido sofridos de forma violenta

O Sistema de Seguridade Social do Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, sofre contraditoriamente ao que está previsto na Constituição Federal de 1988, pois a propagação do vírus da COVID-19 ocorre em um contexto de desfinanciamento das políticas públicas, particularmente de Saúde, Previdência e Assistência Social.

É notável, o quanto o SUAS vem sendo desafiado e atingido pelos impactos causados pelas reformas no país, o corte de recursos e os desmontes de direitos sociais que vem acontecendo atualmente, prejudicando não apenas, a política de assistência social, mas o acesso e a garantia de direitos dos cidadãos e o próprio Sistema Único de Assistência Social, tais fatores vem contribuindo para a ampliação do processo de desmonte no país. (ARAGÃO; HORA, p. 128, 2019).

É importante ressaltar que o SUAS trouxe avanços significativos para a Política de Assistência Social e possui papel determinante na articulação e no fortalecimento da relação entre as demais políticas que compõe a Seguridade Social, numa perspectiva de garantia e ampliação de direitos<sup>16</sup>. Entretanto, é necessária a compreensão de que por mais avanços que o SUAS<sup>17</sup> tenha trazido para a Política de Assistência social, a consolidação dos direitos sociais dentro de um Estado com forte avanço da ideologia neoliberal está sob constante ameaça.

Apesar de tantas conquistas, advindas tanto no campo da política de assistência social quanto no SUAS, atualmente não há motivos a se comemorar tais conquistas, pois o país vivencia o desmonte de inúmeros direitos sociais, que vem afetando a continuidade das políticas sociais e do próprio SUAS, em decorrência da redução dos investimentos neste setor e das reformas no governo de Michel Temer, impossibilitando assim a garantia e o acesso de direitos dos cidadãos brasileiros. Estes acontecimentos têm causado momentos de instabilidade e insegurança aos brasileiros e aos profissionais que atua na execução desta política. (ARAGÃO; HORA, 2019, p. 128).

Apesar de todos os retrocessos e ataques que tem colocado o SUAS em risco, serem advindos de um poder político submetido ao um poder econômico e de governanças ilegítimas com agendas conservadoras, é possível notarmos também que há o aprofundamento do neoliberalismo que atinge o país e reflete no avanço de reformas, redução dos direitos sociais colocando em risco cada vez mais a democracia.

Nesta perspectiva de desmontes e ataques é possível notarmos a questão do financiamento direcionado a política de assistência, onde os recursos são reduzidos, e as expressões das questões sociais aumentam, permitindo o retorno de políticas sociais focalizadas, precárias e insuficientes, no tocante ao atendimento das reais necessidades de seus usuários, configurando assim, um grande retrocesso.

É neste contexto de avanço da ideologia neoliberal que se localiza o exercício profissional das assistentes sociais no âmbito do SUAS, protagonistas desse trabalho.

---

<sup>16</sup> quando nos reportamos sobre decisões presidenciais com relação melhorias na consolidação da assistência social no Brasil, constata-se que houve aqueles que favoreceram a ampliação do acesso a tal política e outros que tem reduzindo os investimentos neste setor (ARAGÃO; HORA, p. 126, 2019)

<sup>17</sup> há mais uma distinção a ser feita: política de assistência social e Suas não são sinônimos. Há diferenças entre um e outro e, quanto ao alcance do conceito e o seu trato. O Suas é um sistema público, cuja configuração institucional estatal e federativa organiza e provê a infraestrutura, a dinâmica da operação, e os resultados com que o ente federativo responde às necessidades e aos direitos socioassistenciais de cidadania, e se compromete com o direito à proteção social e à democracia. Por consequência, o sistema Suas demanda sustentabilidade, que exige conhecimento, planejamento, sistemas de gestão e, sobretudo, aporte de recursos financeiros. A força da política pública de assistência social tem como um dos seus pilares a concretização do Suas e a negação desse sistema traz debilidade à política (SPOSATI, 2021, p.06).

Observa-se também que a ofensiva neoliberal não conseguiu responder às necessidades da população em tempos de Pandemia mundial. Mas, no Brasil, a ausência de respostas por parte do Estado foi maior do que em outros países: a omissão do Estado no atendimento e construção de uma política nacional para deter a pandemia resultou em um número significativo de profissionais da saúde e da assistência social que foram a óbito, além de um número gigantesco de outros brasileiros.

No Brasil, as medidas de proteção social de combate à propagação do vírus, adotadas pelas políticas de saúde e assistência social, seguiram percursos diferentes. Particularmente, tal ação sofreu um retardo proposital do último governo federal, que vinha aprofundando um conjunto de iniciativas de desmonte do sistema protetivo, iniciado em 2016 (com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95), sobretudo com a retirada de recursos financeiros das políticas sociais.

O cenário pandêmico revelou explicitamente as prioridades do Governo Federal, episódio que gerou a oposição entre salvar a vida do povo ou preservar a economia. Sendo também fortemente criticada a recomendação do isolamento social tanto pelo governo quanto pela classe burguesa, visto que com o distanciamento social limitou-se a possibilidade da exploração da força de trabalho, influenciando na diminuição da produção de riquezas do contexto capitalista.

[...]a pandemia encontrou um dos piores e mais autoritários governos federais da história do Brasil. Autoritarismo, negacionismo, desprezo pelas orientações das organizações e profissionais da saúde estiveram presentes nas ações de Bolsonaro e de seus seguidores desde o início da Covid-19 no País. (LARA E HILLESHEIM, 2020, p.63).

Sob a conjuntura de pandemia a redução da proteção social, gera maior insegurança e passa a exigir respostas rápidas e contundentes do Estado brasileiro, não na perspectiva do fortalecimento do projeto econômico hegemônico, mas para efetivação das políticas sociais, que atendem as famílias que sofrem os reflexos deste momento de agravamento da pobreza e das condições e relações de trabalho, acentuando a desigualdade social.

Estamos em uma sociedade onde a proteção social vem sendo esvaziada de seu valor de direito humano e civilizatório. Assim, a atual situação de desproteção e de ameaça à vida de todos os brasileiros, mas, sobretudo, ameaça a vida de 12 milhões de trabalhadores desempregados; 40 milhões de trabalhadores informais precarizado e as 14 milhões de famílias (42 milhões de pessoas) do Cadastro Único. Dessa forma, reafirmamos que a ameaça à vida escancarou a vergonhosa desigualdade da sociedade brasileira, explicitou contradições e nos coloca do desafio de, pelo menos minimizar os impactos perversos desse processo que vivemos. (YAZBEK, 2020, p. 13)

O contexto de agudização das desigualdades sociais, com o aumento dos níveis de pobreza, do trabalho informal e precarizado, do desemprego, do avanço do conservadorismo, da contrarreforma previdenciária e trabalhista, do ataque frontal às políticas públicas com a aprovação da Emenda Constitucional 95, agravou o já precário funcionamento do SUAS, exatamente as políticas de Seguridade Social que, neste momento pandêmico, foram ainda mais demandadas.

Diante dessa realidade que atinge duramente a classe trabalhadora, assistimos, conforme elucidado anteriormente, à ampliação da assistência social “[...] como a principal estratégia de enfrentamento da pobreza no país [...]” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 36), com uma clara direção focalista e pontual - característica da política neoliberal - no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, que se acirram assustadoramente.

#### **4. ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: UM DEBATE A CERCA DOS LIMITES E POSSIBILIDADES.**

A partir da análise realizada no tópico anterior, passamos a refletir acerca do trabalho do assistente social no âmbito da política de assistência social. Apesar dos avanços e aprovações das legislações que balizam essa política pública se tem um campo fértil de contradições (BULHÕES, 2021).

Contradições estas que compreendem a busca pela efetivação de direitos para a classe trabalhadora e as conquistas para os assistentes sociais, como a expansão do campo de atuação, mas também os seus desmontes e deficiências, expressos principalmente de uma forma geral pela precarização do trabalho dos trabalhadores sociais.

Considerando a afirmativa de que o trabalho do assistente social se encontra intrinsecamente relacionado às políticas sociais, torna-se pertinente enfatizar elementos do trabalho executado por esse profissional no contexto do SUAS (BULHÕES, 2021).

Sendo uma importante área que realiza a prestação de serviço aos usuários da política de assistência social, mas que não se esgota apenas na tecnicidade, o trabalho do profissional no SUAS exige conhecimento técnico, teórico e político para efetivação da sua intervenção.

A implementação do Sistema Único de Assistência Social necessita de uma série de elementos que contribuem para o seu funcionamento, como a gestão do trabalho,



ampliação do número de profissionais, qualificação continuada, piso salarial nacional, concurso público e outros. (RAICHELIS, 2010, p. 761).

O SUAS se fundamenta na perspectiva do direito, tendo como diretriz o fortalecimento e ampliação de acessos aos serviços socioassistenciais. Desse modo, o sistema assume um caráter democrático e participativo, fortalecendo a participação do usuário, família e comunidade. Nesta política o assistente social deve desenvolver suas ações pautadas no atendimento, mediações das demandas dos sujeitos, assim como, planejamento de suas intervenções dentre outras atribuições.

Diante da sua função social o SUAS possui a proteção social, vigilância social e defesa dos direitos socioassistenciais. Sendo assim, a iniciativa de implementação do Sistema Único de Assistência Social, tem como ideia romper com as ações focalizadas e desarticuladas (BULHÕES, 2021).

Objetivando a prevenção dos sujeitos a situações de violação de direitos, ou quando já ocorreu a violação, os trabalhadores do SUAS, passam a atuar em níveis de proteção social básica e especial, sendo elas de média e alta complexidade.

O desenvolvimento das atribuições do assistente social no SUAS estão voltadas para a oferta dos serviços, no intuito de atingir os objetivos, quais sejam:

o fortalecimento da função protetiva da família; a construção de possibilidades de mudança e transformação em padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos; a potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e a reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários; o empoderamento e a autonomia; o exercício do protagonismo e da participação social; o acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; e a prevenção de agravamentos e da institucionalização (MDS, 2011, apud BULHÕES, 2021, p. 53).

Tendo em vista a divisão pelos níveis de proteção exigiu-se a criação de equipamentos sociais, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), onde as equipes profissionais desenvolvem o seu trabalho na implementação dos serviços ofertados.

Vale considerar que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais traz dentro dos níveis de proteção:

Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e

suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (MDS, 2014, p. 06).

A organização do trabalho acontece a partir das normativas técnicas (NOB) e das resoluções do CNAS, na intenção de operacionalizar o sistema (BULHÕES, 2021).

Sobre o desenvolvimento do trabalho do/da assistente social é feito buscando romper com o perfil conservador vinculado à profissão, trazendo reflexões e debates que possam auxiliar na compreensão dos desafios postos à profissão, rompendo com a naturalização das expressões da questão social e que precisam ser desvendadas criticamente.

Tendo em vista esses apontamentos, o/a assistente social que trabalha no SUAS possui uma maior responsabilização, como apresenta Braga (2018):

Exige-se que o trabalhador do SUAS seja um “super profissional” que apresente um perfil que dê conta de uma enormidade de atribuições e que possa responder às demandas dos usuários do SUAS por serviços, benefícios e apoio psicossocial e psicoemocional às famílias de modo a favorecer sua (da família) capacidade protetiva (BRAGA, 2018, p. 66).

São múltiplas as demandas que fazem parte do cotidiano de trabalho do/a assistente social, onde a partir da institucionalização dos instrumentos normativos que balizam a profissão, (BULHÕES, 2021) as respostas a tais necessidades partem de uma perspectiva crítica, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora agindo de maneira diferente e distante do que havia anteriormente — perspectiva assistencialista.

À medida que a profissão vai se transformando e se aproximando de matrizes teóricas críticas, os espaços sócioocupacionais vão se diversificando e se distanciando das ações assistencialistas vistas anteriormente (BULHÕES, 2019, p. 25).

Mota (2014, p. 696) aponta que o campo da assistência social “sofrem reveses e atualizam as demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais”. Evidentemente isso se explica pelo fato da realidade ter sua dinamicidade no cotidiano das relações sociais.

Vale ressaltar que as mediações realizadas pela Lei de Regulamentação da Profissão destacam algumas competências próprias do trabalho do assistente social, as quais são orientadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) através dos parâmetros de atuação de assistentes sociais na política de assistência social (CFESS, 2011, p. 19). No tocante às competências, destacam-se, dentre outras:

uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos [...]; uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal; uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social [...]; uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas (CFESS, 2011, p. 19).

Compreende-se que o/a assistente social possui bases teórico metodológicas, técnico operativas e ético políticas que fundamentam a realização de sua atuação.

Entretanto ao comentarmos sobre o cenário mais recente da realidade brasileira Yazbek et al (2020, p. 207) ressalta que o fortalecimento da política neoliberal no país, aliado ao aumento do conservadorismo e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida dos sujeitos se mostram como elementos concretos da produção e acumulação capitalista, os quais não podem ser desvinculadas do contexto mundial vivenciado e causada pelo corona vírus.

Os campos de trabalho, assim como, as políticas sociais, encontram na pandemia do Covid 19 subsídios para se tornarem mais desafiantes. Os impactos da política econômica são refletidos através das contrarreformas instituídas e também, conforme comentado anteriormente, da Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, que agravou ainda mais a estrutura do sistema de seguridade social.

Observamos que a conjuntura tem evidenciado mais um cenário de desmonte do tripé das políticas de assistência social, saúde e previdência social, bem como dos direitos trabalhistas. Como contraponto, o governo se mostrou apático e resistente às suas responsabilidades (BEHRING, 2020, p. 76).

A política de assistência social experienciou ainda mais medidas de contenção através dos ditames ultraneoliberais, onde se teve um aumento do número de usuários da política social através dos programas assistenciais (BULHÕES, 2021). Em consideração a isso, surgiu a redução do atendimento das necessidades desses sujeitos no que concerne a utilização de medidas econômicas, sanitárias e sociais necessárias ao enfrentamento do novo corona vírus.

Nesse contexto de pandemia, a assistência social também tem sido de extrema importância para realizar as mediações entre o Estado e a população, com suas potencialidades de desenvolver estratégias, e um olhar de totalidade sob a realidade social

dos sujeitos. Porém cabe evidenciar as consequências da conjuntura atual diante das condições de trabalho dos assistentes sociais no SUAS.

Os espaços sócio-ocupacionais foram alvo de um grande tensionamento durante esse período de pandemia do Covid-19, aumentando ainda mais as dificuldades para a materialização do trabalho social (BULHÕES,2021). Sendo notório com a morosidade da implementação do Benefício Emergencial que não obstante a isso, apresentou recorrentes problemas para o acesso, assim como, também as dificuldades da população para o manejo do aplicativo e de seus domicílios sem acesso a internet.

A organização dos serviços, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social encararam diversos rebatimentos. Os profissionais atuantes nos SUAS vivenciaram um cenário de sobrecarga de trabalho, aumento das demandas e falta de recursos, tendo em vista o aumento da procura por atendimento e da impossibilidade de realizar o seu trabalho dado as questões objetivas diante do atual contexto pandêmico. Acerca desses elementos, Melatti (2020), argumenta que:

[...] a pandemia escancarou as insuficiências do SUAS – equipes desfalcadas, número de CRAS, CREAS, CENTROS POP deficitários, em face da população a ser atendida, contratos de trabalho precarizados, ausência de política sólida de educação permanente, incapacidade de gestão da assistência social em todos os níveis, desrespeito, por parte do Executivo, às instâncias de controle social, dentre outras. [...]. Há uma retórica sendo difundida de que os serviços de assistência social são essenciais [e são], mas não há recurso financeiro suficiente que, de fato, materialize esse ‘reconhecimento’ acerca da sua essencialidade (MELATTI 2020, APUD BULHÕES, 2021, p.56).

Tem sido a dura realidade capitalista das últimas três décadas, que causaram na profissão do Serviço Social mudanças em seu fazer profissional, referentes ao enfrentamento da questão social as formas de respostas às demandas ou do oferecimento dos serviços sociais, estabelecidos pela relação existente entre o Estado e a burguesia, as quais geram implicações na realidade cotidiana da sociedade civil.

Desta forma, apresentando-se como o maior responsável, o avanço neoliberal “apresenta impactos e rebatimentos profundos à formação e atuação do assistente social, submetendo a atividade profissional aos dilemas impostos pelo processo de reprodução do capital” (BULHÕES, 2021, p.56).

Considerando esse aspecto, as políticas sociais acabam sendo cada vez mais submetidas aos interesses da política econômica, e são “redimensionada(s) ante as tendências de privatização (BULHÕES, 2021), de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados em sua aplicação” (IAMAMOTO, 2008, p. 147).

Além disso, se evidencia a contenção social, uma postura focalista que incluem alguns ou variados critérios para acesso, e seletiva, restringindo a atenção às necessidades sociais que atingem a população usuária, que busca acessar os serviços, ações, programas e projetos.

Desse modo, realizar a discussão sobre o trabalho do assistente social inserido no SUAS se faz imprescindível, principalmente diante dos efeitos observados sobre a política de assistência social com a ofensiva neoliberal, dentre esses, uma reconfiguração dos ambientes sócio-ocupacionais a partir da nova morfologia do trabalho, criada por esse contexto de crise do sistema capitalista.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o panorama da trajetória sócio histórica da profissão, ao qual, foi evidenciado no decorrer desta monografia, é possível apontar a importância de discutir o Serviço Social Tradicional até seu período de renovação e atuação na contemporaneidade.

Tal movimento visa aproximar e dialeticamente gerar a compreensão que mesmo reportando à sua gênese, quando a profissão atuava de forma acrítica, orientada por valores de cunho humanista, hoje a profissão possui uma direção sociopolítica construído histórica e politicamente, que está respaldada no projeto ético político, assim como em seus marcos legais.

Compreendemos também que a organização das políticas sociais foram consequência do processo histórico, político, econômico e social do país, que configuraram o Brasil enquanto nação de capitalismo dependente e subordinado. E isso aponta para as contradições relacionadas a esse contexto, uma vez que enquanto instrumento do governo, as políticas sociais continuam sendo alvo das conjunturas e dos processos históricos.

Torna-se imprescindível o debate realizado após a implementação da Constituição Federal de 1988 para se compreender os avanços que aconteceram frente as requisições da sociedade e que culminaram na implementação da política de assistência social, enquanto política de direito. Outrossim, após esse período de regulamentação e organização da política, os avanços instituídos através da LOAS, PNAS e SUAS possibilitou a criação de um outro cenário à assistência social.

Contudo, e de uma forma que não romantize esses avanços obtidos percebemos que ocorreram também grandes desafios a serem enfrentados. Observa-se um intenso desmonte da política de assistência social, principalmente a partir da abertura para o neoliberalismo no país, expressando um intenso processo de focalização e seletividade, mercantilização dos direitos sociais, além da redução de capital para o seu investimento, tendo em vista a priorização da política econômica e o cenário de ajuste fiscal que tem acometido as políticas sociais no Brasil.

Se faz necessário lembrar, que esse contexto tem sido ampliado diante da atual conjuntura sob a gestão federal de Jair Bolsonaro que traz consigo características reformistas, assumindo um caráter de privatizações e extermínio de direitos, aduzindo entraves para o investimento e execução de um sistema de proteção social e implementação de políticas sociais pautados na garantia de acesso, gestão participativa e democrática, responsabilidade pública.

Com as mudanças ocorridas, a partir da restauração capitalista, o mercado de trabalho vive um intenso processo de precarização como: processos de terceirização, trabalho em tempo parcial, contrato de trabalho por tempo determinado. Contexto este, que possibilita o desenvolvimento de uma grande gama de trabalhadores/as preconizados/as e desempregados/as, que convivem com a instabilidade, e a descartabilidade.

Estas transformações promovem rebatimentos nas condições de vida, do trabalho, bem como nas profissões. O Serviço Social, neste contexto, se depara com o agravamento e a intensificação da precarização das relações de trabalho, bem como, o redirecionamento de sua atuação, hoje forçada, muitas vezes, na esfera essencialmente técnica, esquecendo a articulação com as outras dimensões profissionais, tendo em vista as novas e diversificadas demandas advindas com o neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2016, n. 127 [Acessado 20 Março 2023] , pp. 456-475. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>.

AGUIAR, Antonio G. de. *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AQUINO, Isaura G. C. A participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação e o Congresso da Virada. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2019, n. 136 [Acessado 2 Janeiro 2023] , pp. 559-577. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.194>>.

BARROS, kelvia de Assunção Ferreira; SILVA, Marco Rodrigo Carvalho; CUSTÓDIO, Marta Battaglia; FREITA, Raquel Maria Soares; JUNIOR, Paulo Eugênio Clemente ANDREANI, Dionara Borges. *Atuação da política de assistência social no contexto da pandemia do novo coronavírus*. [livro eletrônico]: volume 6, maio 2021.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*. 1993.

\_\_\_\_\_. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

\_\_\_\_\_. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência social*. Brasília-DF. 2004.

\_\_\_\_\_. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência social*. Brasília-DF. 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivonete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOTÃO, Marcia. *O trabalho dos assistentes sociais na pandemia do Covid-19*. In: GRACIA, Ana Lucia da Silva.; MACIEL, Heloisa. Helena Mesquita.;ALCHORNE, Sindely. (orgs). *Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos* [recurso eletrônico] - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2021.

CARVALHO, Alba M. P. de; BONETTI, Dilséa A; IAMAMOTO, Marilda V. *Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes*

históricos e perspectivas. In: Serviço Social e Sociedade, nº 14 – ANO V – Abril, Cortez editora, 1984.

CRONEMBERGER; TEIXEIRA. O Sistema de Proteção Social Brasileiro. Pensando Famílias, 19(2), dez. 2015, (132-147).

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma interpretação conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998. p.9-29.

DE ARAÚJO, Aline Silva. As condições de trabalho dos (as) assistentes sociais no âmbito dos centros de referência especializado de assistência social (creas) em Natal/RN. - 2013.

DRAIBE, S. M. (1990). As políticas sociais brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. In PEA/PLAN para a década de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas, 1, 65, mar. Brasília, BR.

FIGUEREDO, Maria Clara de Oliveira; SENA, Ana Patrícia Maciel; COSTA, Luana Marcia Barros; JUNIOR, Aldir Alves Bezerra; LIMA, Josefa Jacinta Alves; DIAS, Larrisa Rabeche Duarte; SILVA, Maria França; LIRA, Francisco Wallison Ferreira. Notas sobre os Impactos da Pandemia do Coronavírus no trabalho dos/as Assistentes Sociais. Revista Interfaces. Revisão de literatura. V.8, N.3 (2020).

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.



IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmica profissional no Serviço Social brasileiro. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, que tem como tema central: La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IRINEU, Bruna A.; SILVA, Laurinete; TEIXEIRA, Rodrigo; BRETTAS, Tatiana, CLOSS, Thaísa. Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em serviço social. Temporalis.2021 - v21, n. 41, p. 7-18.

LEORATO, Samara. O movimento de reconceituação do serviço social brasileiro. Revista Maiêutica, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOPES, Vinícius Rafael. O fenômeno do conservadorismo na produção de conhecimento em Serviço Social: rebatimentos à direção social do projeto profissional / Vinícius Rafael Lopes. - 2020. 102f.: il.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

MBEMBE, A. (2018). Necropolítica. São Paulo: N-1 edições.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado; SOUSA, Maria Fátima de. Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa em saúde [livro eletrônico] : volume 1, 1. ed. -- Brasília, DF : ECoS, 2021.

MONTEIRO, Claudia Lima. Perspectivas Históricas da profissão de serviço social e a questão de gênero para estas profissionais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.51-67.

NETTO, José Paulo – A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. CEFESS – ABEPSS: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 . Brasília: UNB , Centro de Educação Aberta Continuada à Distância, 2000.

\_\_\_\_\_, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

NICOLAU, Maria Célia Correia. O aprender do fazer: serviço social, trabalho profissional e representações sociais. – Natal [RN]: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.

OPAS/OMS(BR). OMS afirma que covid-19 é agora caracterizada como pandemia, Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9dvygag>>. Acesso em 07 de jan. 2022.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção. 2007. 303f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, H. C; SALLES, M. A (Org.). Relatório das Sessões Temáticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Trabalho e projeto ético-político profissional. Goiânia: CFESS, 1998.

OLIVEIRA, Maria Angélica Barbosa Marinho de. As configurações do trabalho do Assistente Social no âmbito da Assessoria e Consultoria no Serviço Social na grande Natal/RN / Maria Angélica Barbosa Marinho de Oliveira. - 2019. 130f.: il

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.

PRATES, Jane. O Planejamento da Pesquisa Social. Revista Temporalis, nº 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

PRUDÊNCIO; ARAÚJO. A atual face da assistência social frente ao (des)financiamento da seguridade social. Jornada Internacional de Políticas Públicas (10. : 2021: São Luís).

SANTOS, W. G. (1979). Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOS, LG de M., & Pedro, R.. (2020). Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico. *Psicologia & Sociedade* , 32 , e020017. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240337>

SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, A. P. C.; RANGEL, L. B. A. Assistentes Sociais na vanguarda da pandemia da COVID-19: tensionamentos e resistências. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2021 - n. 48, v. 19, p. 265 – 270.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOKALSKI, Jéssica Felski. As demandas para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na região da Amplanorte/SC durante o período da pandemia da covid-19, 2021.140 p.

SOUZA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 77, Ano XXV, 2004, p. 30- 55

\_\_\_\_\_, Aldaíza et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes; BORGES, Virgínia; CARNEIRO, Reivan Marinho de Souza; ROCHA, Janne Alves. A formação profissional do assistente social na contemporaneidade: a regional ABEPSS/NORDESTE no debate. In: *Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 3, suplemento (novembro de 2002). Brasília: ABEPSS, 2002.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a constituição de 1988. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, jun. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300009). Acesso em: 12 abr. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

\_\_\_\_\_, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. ABEPSS, 2009.